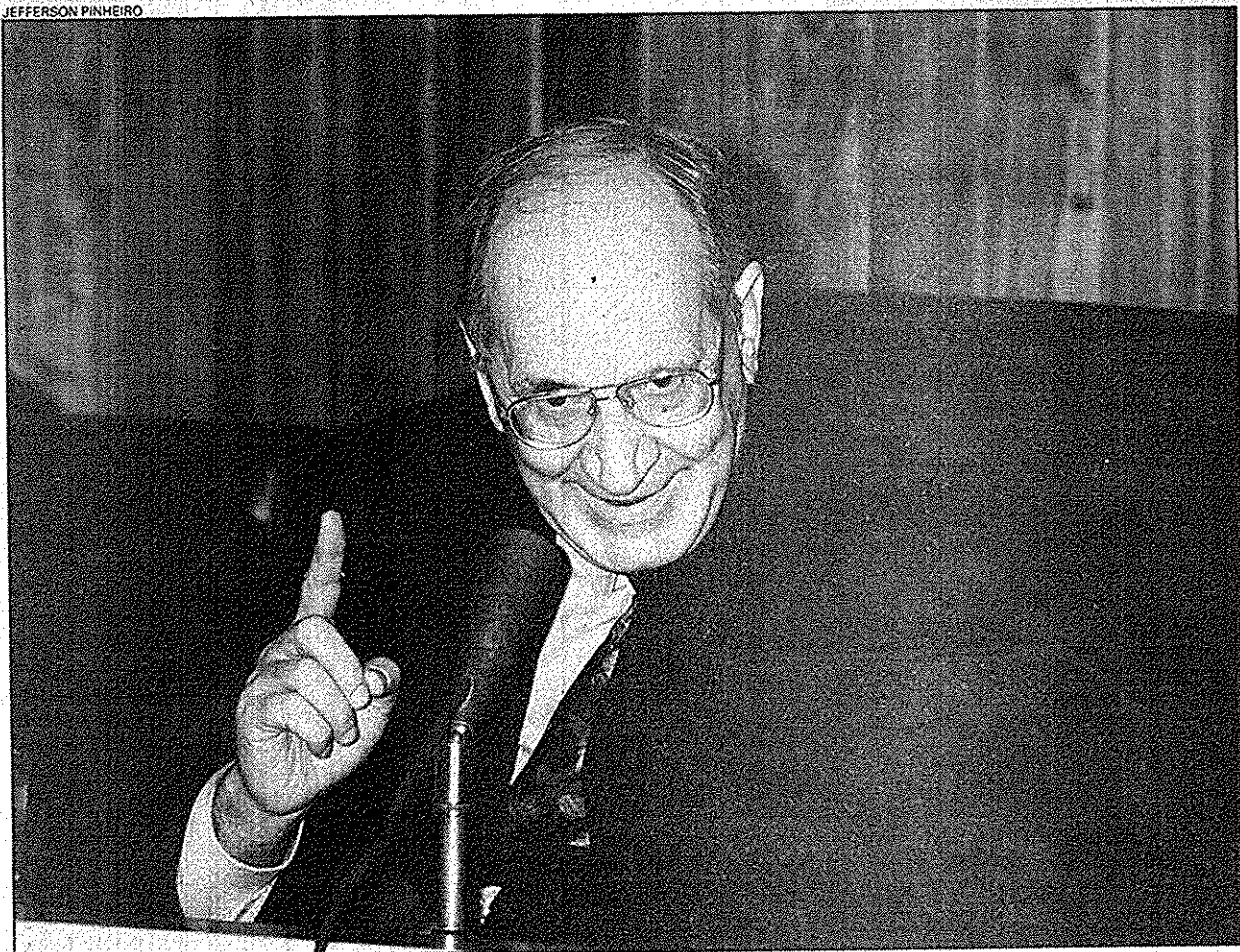


Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Terra/Demarcação
Data 24/09/93 Pg.: 14 276



Corrêa: "resolvemos o problema de dez a 15 índios e criamos dificuldades para milhares de brancos"

Governo não tem condição de demarcar área indígena

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, disse ontem que o Governo não tem condições de cumprir a determinação constitucional de demarcar todas as reservas indígenas até o dia 5 de outubro, por falta de recursos e, também, em razão de conflitos e pressões contra a demarcação das reservas. Ele afirmou, por exemplo, que não demarcará as reservas de Raposa e Serra do Sol, em Roraima, calculadas em 1,7 milhão de hectares pela Funai.

A demarcação das reservas de Raposa e Serra do Sol vem sofrendo fortes pressões contrárias por parte dos políticos da região, especialmente o governador do estado, Ottomar Pinto. Ele esteve recentemente com o ministro da Justiça, quando entregou a Maurício Corrêa um laudo desaconselhando a demarcação contínua da área. Um outro laudo, preparado pela Funai, defende a demarca-

ção contínua das terras. "Não vou demarcar, é preciso primeiro resolver essa questão", ponderou Corrêa.

O ministro da Justiça observou que o cumprimento da determinação constitucional transformaria em terras indígenas 12 por cento do território nacional e criticou algumas demarcações que, segundo sua avaliação, estariam para ser feitas sem os devidos cuidados. "As vezes, resolvemos o problema de dez a 15 índios e criamos dificuldades enormes para milhares de brancos", frisou. Corrêa lembrou, para fundamentar suas preocupações, que o ex-ministro da Justiça Célio Borja demarcou uma reserva no Maranhão que engoliu um município inteiro.

Maurício Corrêa fez as declarações ao comparecer à CPI da Câmara sobre contrabando de

minérios, onde recebeu denúncia do deputado Eraldo Trindade (PPR-AP) segundo a qual algumas empresas estão utilizando os índios para contrabandear ouro de área indígenas, especialmente no estado do Amapá. O ministro da Justiça disse que vai mandar investigar e, se for preciso, abrirá inquérito policial para apurar as responsabilidades, inclusive de funcionários da Funai que eventualmente estejam se aproveitando dos índios.

Corrêa reclamou da falta de estrutura da Polícia Federal e da ausência de recursos para fiscalizar a ocorrência de contrabando nas terras indígenas. Lembrou que a Polícia Federal não possui um só helicóptero. "A Polícia Federal está completamente desestruturada", afirmou, ressaltando que "não existem condições humanas nem materiais para fiscalizar todas as aldeias".

Funai envia argumentação

A Funai conclui e encaminha no início da próxima semana ao Ministério da Justiça a contra-argumentação no processo de demarcação das reservas Raposa e Serra do Sol às alegações do governador de Roraima, Ottomar Pinto de Souza. O governador justificou ao ministro Maurício Corrêa, entre outras coisas, que a demarcação da área contínua comprometerá o desenvolvimento econômico do seu estado. Devolvido à Funai, o processo foi reavaliado e os técnicos, incluindo aqueles responsáveis pelo primeiro relatório, tiveram que responder ponto por ponto a argumentação do governador.

Nas reservas Raposa e Serra do Sol, no nordeste de Roraima, vivem cerca de dez mil índios macuxi, ingarigó e vapixana em conflito permanente com mais de dois mil garimpeiros. A área

foi identificada pela Funai em 1984 e, no ano passado, os autos foram remetidos ao Ministério da Justiça para que fosse autorizada a demarcação. Agora, após a reavaliação dos técnicos, o ministro Maurício Corrêa não terá porque adiar mais a decisão. O Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil resolveu manter em Brasília três líderes (Waldir Tobias — macuxi, Bruno Cainganguê e Cesar Terena) até o dia 5 de outubro, quando termina o prazo constitucional para a demarcação das terras indígenas de todo o País.

Outros — Além das reservas Raposa e Serra do Sol, há na mesa do ministro outras sete áreas já definidas para a demarcação. A maior delas é a do Alto Rio Negro, no Amazonas, que abriga 18 grupos indígenas, entre elas, o dos índios Tucano. São oito milhões 150 mil hectares na proposta de demarcação contínua. Atualmente, o território é demarcado em ilhas e florestas nacionais, mas a Funai apresentou relatório discorrendo desta forma e propondo a área única

ao Ministério da Justiça que agora tem que revogar o decreto anterior e assinar portaria declarando os novos limites. Só para o Amazonas há ainda outras três áreas a serem demarcadas e com processo já no Ministério da Justiça. São a de Marã-Urubaxi, onde vivem os canamari, num total de 80 mil hectares; a de Água Preta — Inari, de 150 mil hectares, povoada pelos índios apurinã; e a de Paraná do Boá Boá, região dos macu.

Também aguardam decisão do ministro Maurício Corrêa as áreas de Tapeba e Tremembé de Almofala, ambas no Ceará. A primeira, dos índios tapeba, tem uma superfície de mil 658 hectares, enquanto a dos índios tremembé tem quatro mil 900 hectares. O processo de demarcação está parado porque tanto a Ducoco Indústria S/A quanto outros proprietários apresentaram documentos ao Ministério da Justiça que colocam em dúvida a legalidade da delimitação feita pela Funai. A última área é a de Marã Tese, de Mato Grosso, para os índios xavante. São 200 mil hectares.